



## **PROGRAMAS INDUTORES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: ESTUDO EM UM MUNICÍPIO DA AMAZONIA PARAENSE**

Tânia Castro Gomes. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Brasil.

E-mail: [tcastrogomes45@gmail.com](mailto:tcastrogomes45@gmail.com)<sup>1</sup>

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Brasil. E-mail: [maria.colares@ufopa.edu.br](mailto:maria.colares@ufopa.edu.br)<sup>2</sup>

### **Eixo 3: Políticas de gestão, liderança e gestão democrática das escolas.**

A educação integral, um anseio de vários educadores<sup>3</sup> que primam pelo desenvolvimento pleno da pessoa humana, também se faz presente nas políticas públicas como forma de impulsionar a formação ampla do educando. De acordo com Gadotti, a educação integral promove “a possibilidade de desenvolver todas as potencialidades humanas, que envolvem o corpo, a mente, a sociabilidade, a arte, a cultura, a dança, a música, o esporte, o lazer etc.” (2009, p. 98). Educação esta que transcende o aspecto cognitivo em que estão envolvidos os múltiplos aspectos da aprendizagem e desenvolvimento visando a educação global na formação do sujeito autônomo.

Com relação ao aspecto legal que respalda o fomento de educação integral temos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96 em seu Título II, Art. 2º, que a finalidade da educação brasileira é o pleno desenvolvimento do educando, além de seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda na LDB nº 9.394/96 encontramos orientação de como efetivar esse objetivo no ensino fundamental, quando em seu Art. 34, deixa explícito a possibilidade de aumentar a permanência do aluno na escola além das quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula que normalmente já acontece nas instituições escolares. Ressalta ainda neste mesmo artigo no § 2º que o

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação na Amazônia (PGEDA), Associação em Rede, Doutorado em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, HISTEDBR/UFOPA. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5092-5878> Endereço CV: <http://lattes.cnpq.br/1637318779597566> E-mail: [tcastrogomes45@gmail.com](mailto:tcastrogomes45@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UNICAMP. Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, Pará, Brasil, e do Programa de Pós-graduação na Amazônia (PGEDA). Bolsista Produtividade CNPq. Líder Adjunta do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, HISTEDBR/UFOPA. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5915-6742> Endereço CV: <http://lattes.cnpq.br/9671465461954562> E-mail: [maria.colares@ufopa.edu.br](mailto:maria.colares@ufopa.edu.br).

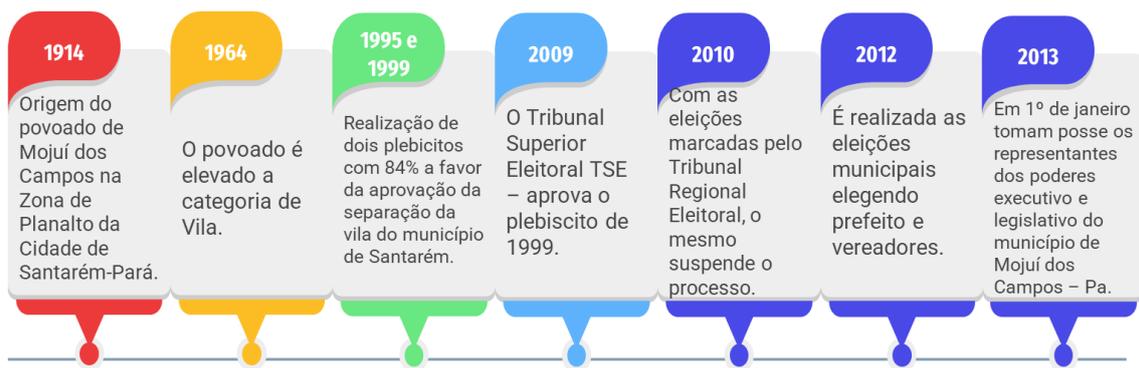
<sup>3</sup> Ver Jeffrey (2017); Jacomeli, Barão e Gonçalves (2018); Gomes e Colares (2019).

ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral de acordo com seus sistemas de ensino.

O trabalho aqui apresentado, que faz parte de pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação na Amazônia (PGEDA) vinculado ao projeto guarda-chuva aprovado no CNPq, chamada nº 04/2021, visa identificar no município de Mojuí dos Campos/PA (2013-2020) quais escolas desenvolveram ações indutoras de educação integral por meio de levantamento bibliográfico e documental.

O município de Mojuí dos Campos, *locus* da pesquisa, é o mais novo município criado no Estado do Pará e está localizado na região do baixo amazonas<sup>4</sup>. Sua emancipação política por meio do processo eleitoral deu-se efetivamente em 2012, porém, desde os anos de 1990 já existia a movimentação pela separação do município de Santarém do qual fazia parte enquanto vila como nos mostra a figura 01:

**Figura 01 – Linha do Tempo do Processo de Emancipação Política de Mojuí dos Campos.**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2022) a partir dos dados do site da Prefeitura Municipal de Mojuí dos Campos/PA.

Em seu processo de emancipação política para a criação do município, passou por todos os procedimentos legais como a realização e aprovação de um plebiscito que foi realizado em 09 de outubro de 1995 tendo sido anulado por conta de indícios de fraude. No entanto, só foi emancipado efetivamente em 2009 pelo Tribunal Superior Eleitoral que definiu as eleições para outubro de 2012 que foi o marco de sua independência política.

<sup>4</sup> Refere-se a uma das mesorregiões geográficas do Estado do Pará composta por 12 municípios: Santarém, Alenquer, Óbidos, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Prainha e Terra Santa. Disponível em: [https://www.ioepa.com.br/pages/2015/12/30/2015.12.30.DOE.suplemento\\_338.pdf](https://www.ioepa.com.br/pages/2015/12/30/2015.12.30.DOE.suplemento_338.pdf). Acesso: 24 set. 2022.



A gestão escolar da rede municipal foi instituída e mantida por um sistema próprio de ensino de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação-SEMED.

Nesta realidade, está incluída a construção e implementação de políticas públicas direcionadas a promover a educação integral nas instituições escolares que foram implantadas pelo governo federal de maneira gradual na educação básica. Dentre estas identificamos o Programa Mais Educação (PME), instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7.083/2010. O programa permaneceu até a Portaria do MEC nº 1.144 de outubro de 2016, instituiu o Programa Novo Mais Educação (PNME) e substituiu o PME.

No levantamento das informações relativa as escolas, foi possível constatar o atendimento da rede municipal somente pelo Programa Mais Educação, sendo que no período do PNME nenhum atendimento foi registrado.

**Imagem 02** – Quantitativo de alunos atendidos pelo PME e pelo PNME no período de 2013 a 2020 no município de Mojuí dos Campos – PA.

ZONA	ESCOLA	ALUNOS ATENDIDOS PELO PME					ALUNOS ATENDIDOS PELO PNME				
		2013	2014	2015	2016	2017	2017	2018	2019	2020	
Rural	E M E F CECILIA FLORES		44								
Rural	E M E F BOA ESPERANCA		40								
Rural	E M E F DR ISMAEL ARAUJO		64								
Rural	E M E F FREI ROGERIO		100								
Rural	E M E F GERARDO MONTEIRO		190								
Rural	E M E F GETULIO VARGAS		43								
Rural	E M E F NOSSA SRA DAS GRACAS		48								
Rural	E M E F PEDRO TEIXEIRA		80		40						
Rural	E M E F RAINHA DA FLORESTA		60								
Rural	E M E F S FRANCISCO		30								
Rural	E M E F SAO JOAO		58								
Rural	E M E F S RAIMUNDO		100			131					
Rural	E M E F S SEBASTIAO		55								
Rural	E M E F SAO XAVIER		79								
Rural	E M E F NOVO PROGRESSO		81								
Rural	E M E F ROSALIA NUNES		150								
Rural	E M E F FRANCISCO P. DOS SANTOS		89								
Rural	E M E F FLOR DA SELVA		47								
Rural	E M E F SAO JOSE		33								
Urbana	E M E F STA TEREZINHA		30								
Urbana	E M E F FRANCISCO A. CALAZANS		150		80						
Urbana	E M E F JULIO W. DA PONTE		150		120						
Urbana	E M E F RAIMUNDA Q. SOUSA		100		80						

**Fonte:** Elaborado pela autora (2022) a partir do site <https://dados.gov.br/dataset/mec-pme>. Acesso: 02 mar. 2022.

Os dados preliminares, conforme tabela 1, mostram uma descontinuidade no programa não somente no período em que o PME, mas principalmente no período do PNME em que não foi possível obter informações de atendimento no novo formato do programa.

Podemos constatar que as políticas educacionais que fomentam a educação integral, neste município, desenvolveram ações no campo da educação que possibilitassem a ampliação do tempo com atividades no contraturno voltadas a promover a melhoria da aprendizagem dos educandos no ensino regular.

O PME e PNME buscaram dentre seus objetivos a melhoria do ensino aprendizagem mesmo que com concepções desiguais enquanto que o primeiro trabalhava em uma concepção de formação integral, o segundo visava contribuir com especificamente com os componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, trouxeram benefícios importantes na consolidação das ações de educação integral nas instituições escolares.

Entretanto, inferimos mediante estudo realizado, ainda que preliminarmente, a falta de continuidade nas políticas públicas. A nível nacional tivemos rupturas que mudaram o governo brasileiro, que foi o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, seguida de uma reforma administrativa que dentre outras medidas mudou os rumos da educação integral no Brasil com a instituição do Programa Novo Mais Educação.

A nível local o governo municipal corresponde ao período da pesquisa. Primeiramente nos quatro primeiros anos 2013 a 2016 sendo reconduzidos ao cargo por meio da reeleição por mais quatro anos 2017 a 2020. Por mais que não tenha mudado, a descontinuidade as mudanças no cenário nacional levaram as possíveis descontinuidades nas políticas municipais.

Não obstante ressaltamos a necessidade da continuidade na investigação visando identificar outros aspectos que interferiram no desenvolvimento dos programas de fomento à educação integral no município de Mojuí dos Campos/PA.

## **Referências**

BRASIL, **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/mec-pme>>. Acesso em: 02 mar. de 2022.



BRASIL, **Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016**. Institui o Programa Novo Mais Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file#:~:text=PORTARIA%20No%2D%201.144%2C%20DE%2010,e%20matem%C3%A1tica%20no%20ensino%20fundamental>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL, **Portaria Normativa Interministerial nº- 17, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf). Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm). Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://planalto.gov.br/civil\\_03/LEIS/9394.htm](http://planalto.gov.br/civil_03/LEIS/9394.htm). Acesso em: 01 set. 2022.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em Processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOMES, T. C.; COLARES, M.L.I.S. A política de Educação Integral em Tempo Integral: a perspectiva dos professores. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 15, n. 31, p. 313-332, jan./mar.2019.

JACOMELI, M. R. M.; BARÃO, G. de O. D.; GONÇALVES, L. S. A política de educação integral no Brasil e suas relações com as diretrizes da conferência de Jomtien. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 32-57, 2018. DOI: 10.24065/2237-9460.2018v8n3ID638. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/638>. Acesso em: 24 set. 2022.

JEFFREY, D. C. A educação integral: problematizando conceitos, legislação e experiências. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 441-446, 2017. DOI: 10.24065/2237-9460.2017v7n3ID363. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/363>. Acesso em: 24 set. 2022.

PARÁ, **Prefeitura Municipal de Mojuí dos Campos**. Disponível em: <https://www.mojuidoscamos.pa.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

PARÁ, Plano Plurianual 2016 – 2019. **Região de Integração Baixo Amazonas**. Disponível em: [https://www.ioepa.com.br/pages/2015/12/30/2015.12.30.DOE.suplemento\\_338.pdf](https://www.ioepa.com.br/pages/2015/12/30/2015.12.30.DOE.suplemento_338.pdf). Acesso em: 24 set. 2022.